



Foto: FPQuímica

Frente Parlamentar da Química discute saúde e segurança do trabalho

A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) promoveu um encontro entre parlamentares, Poder Executivo e representantes da indústria química, com objetivo de discutir os aspectos referentes à saúde e segurança do trabalho e a importância deste tema para a indústria química. A reunião aconteceu durante um café da manhã, no dia 17/9, no Congresso Nacional, em Brasília.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Paulo Pimenta (PT/RS), abriu o encontro apresentando as atividades, em especial, sobre uma audiência agendada pela FPQuímica para o final do mês com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, com objetivo de tratar de questões referentes à competitividade de matérias-primas essenciais para o setor e o impacto das medidas anunciadas naquela semana pelo Governo Federal que afetarão diretamente a indústria química.

Dando sequência, o diretor-executivo da Ingevity, Alexandre Castanho, apresentou o Programa Atuação Responsável®, que é uma importante iniciativa voluntária que define um sistema de gestão voltada para a segurança, saúde e

meio ambiente. O Programa é uma iniciativa da indústria química mundial e, no Brasil, é coordenado pela Abiquim e é de adesão mandatória para todas as suas associadas. Em sua apresentação, Castanho ressaltou o diálogo com a comunidade, a sensibilização do próprio trabalhador no processo e a capacitação, destacando os cursos promovidos pela Abiquim, que só em 2014 treinaram mais de 1.000 pessoas. De acordo com Castanho, "este é o momento de expor a necessidade de criar mecanismos e premiar a iniciativa da indústria química brasileira, frente à ação predatória de outras no mundo que não têm o mesmo viés de responsabilidade e ética".

A deputada Moema Gramacho (PT/BA), coordenadora de Saúde e Segurança no Trabalho da FPQuímica, mencionou a grande evolução da indústria nos últimos anos e a contribuição dos trabalhadores. A deputada também destacou a responsabilidade da Frente em contribuir com esse processo através de mecanismos que mantenham as empresas, os trabalhadores e a sociedade engajados na busca por uma indústria cada vez mais responsável. A deputada também sugeriu que os parla-

Deputada Moema Gramacho (PT/BA), coordenadora de Saúde e Segurança no Trabalho na FPQuímica, faz apresentação para os membros da Comissão Executiva e demais participantes.

Alexandre Castanho, diretor-executivo da Ingevity, apresenta o Programa Atuação Responsável® no encontro da FPQuímica.



Fotos: FPQuímica





Da esq. para dir.: Giovanni Rocco Neto, Secretário-executivo da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, Marina Mattar, secretária-executiva da Frente Parlamentar da Química e gerente de assuntos institucionais da Abiquim, Newton Mario Battastini, Presidente do Sindiquim/RS, Deputado Paulão, Martim Penna (Abiclor), Herbert Passos Filho, Secretário Nacional do Meio Ambiente da Força Sindical, Andrea Carla Cunha, diretora de Assuntos Técnicos da Abiquim, Deputada Moema Gramacho, Itamar José Rodrigues Sanches, Secretário-geral do CNQ/CUT, Letícia Carvalho, diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM do Ministério do Meio Ambiente, Antônio Leopoldo, analista de Políticas Sociais do Ministério da Saúde e Alexandre Castanho, diretor-executivo da Ingevity.

mentares assumam os temas da química, fazendo levantamento de projetos já existentes e que tenham relação com os temas de interesse da FPQuímica para que sejam colocados em pauta na Câmara dos Deputados. Por fim, também fez a menção de ser essencial que os riscos sejam mapeados e que medidas adequadas sejam tomadas, já que a sobrevivência e o crescimento da indústria são essenciais para os trabalhadores e para a economia do País.

Andrea Carla Cunha, diretora de Assuntos Técnicos da Abiquim, enfatizou que a indústria química demanda um nível de responsabilidade específico e corroborou exemplos dados pela deputada com relação à importância de se conhecer os perigos e os riscos de cada um dos produtos e processos para que o setor possa atuar de forma segura, ao invés de simplesmente bani-los. Andrea destacou que a adesão ao Programa Atuação Responsável®, que tem como lema a melhoria contínua, é um alto investimento feito pelas indústrias e, com base em indicadores do Programa, tem resultado em uma evolução da indústria brasileira em comparação à média mundial das indústrias químicas. Também destacou que o país compete em condições não isonômicas com indústrias de outros países nos quais não são adotadas práticas socialmente responsáveis, os quais, por esse motivo, muitas vezes oferecem preços menores. De acordo com Andrea, o setor tem o grande desafio de transformar todo o investimento da indústria em valor para a sociedade brasileira.

O deputado Paulão (PT/AL), coordenador de Cloro da FPQuímica, mencionou a importância de avançar na discussão sobre a ratificação da Convenção de Minamata e listou as ações que está liderando pela Frente Parlamentar, com o apoio da Abiquim, Abiclor e de diversos ministérios em prol da internalização desta Convenção.

Durante o encontro, a diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, abordou a preocupação da indústria química a respeito do

pacote de medidas anunciado pelo governo. No encontro, foi entregue um documento preparado pela Abiquim com justificativas que embasarão emendas que alguns parlamentares membros da FPQuímica apresentarão. "Precisamos iniciar a discussão para reduzir os riscos que tais medidas poderão causar na indústria, gerando um possível encolhimento do mercado". Fátima explica que o Regime Especial da Indústria Química - REIQ foi constituído e amplamente discutido dentro do Plano Brasil Maior. O incentivo prevê uma redução na alíquota de PIS/Cofins para a compra de matérias-primas do setor químico.

Segundo Letícia Carvalho, diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM do Ministério do Meio Ambiente, o diferencial da indústria química em relação às outras indústrias é a responsabilidade com que trata os assuntos. Letícia mencionou o fato de que a Organização das Nações Unidas (ONU) defende que a indústria química é a promotora do conforto e bem-estar e do desenvolvimento tecnológico mundial. A diretora também apontou a Convenção de Minamata como uma questão ambiental que tem papel fundamental na competitividade. "Percebemos a premência da internalização deste processo no Brasil, pois nele está acoplada a perspectiva de investimentos importantes, pois trata da questão tecnológica e de atração de vultosos investimentos", afirma a diretora.

Além das autoridades já citadas, participaram do encontro os deputados Afonso Motta (PDT/RS), Davidson Magalhães (PCdoB/BA), Evair de Melo (PV/ES), Givaldo Vieira (PT/ES), Renato Molling (PP/RS) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Também estiveram presentes na reunião representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), além de lideranças sindicais e associações setoriais e empresários do setor químico.

Ministro de Minas e Energia recebe FPQuímica para discutir a competitividade do setor



Foto: Francisco Stuckert/MME

Com o objetivo de discutir temas prioritários para o setor químico brasileiro, o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, recebeu integrantes da Frente Parlamentar da Química e representantes da Associação Brasileira da Indústria Química em uma audiência realizada no dia 29/9, em Brasília. Questões referentes à competitividade de matérias-primas essenciais para o setor e o impacto das medidas anunciadas pelo Governo Federal que afetam diretamente a indústria química foram alguns dos temas tratados. A audiência contou ainda com a participação de representantes de municípios onde concentram-se os polos petroquímicos, executivos do setor químico, lideranças sindicais e associações setoriais.

Durante a reunião, o presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Carlos Fadigas, afirmou que o momento é grave e exige grande mobilização para que a indústria química consiga se manter forte e competitiva. "Estamos discutindo a situação de dois setores importantes, químico e de petróleo. Sobre a questão da nafta, colocamos diversas alternativas na mesa, buscando uma solução de longo prazo. Da mesma forma, o Conselho (Conselho Nacional de Política Energética – CNPE) deve regulamentar a situação do gás natural como matéria-prima para que, passada a crise, possamos pensar e planejar em longo prazo, com novos investimentos", avaliou Fadigas.

O presidente da FPQuímica também manifestou preocupação com as negociações em torno da nafta. Na avaliação do deputado federal Paulo Pimenta (PT/RS), a falta de uma definição acarreta consequências negativas à toda a cadeia química. "Já perdemos vários investimentos, além da redução sistemática dos postos de trabalho. Precisamos de uma solução definitiva e de longo prazo para reduzir a instabilidade e a insegurança do setor", afirma o deputado.

Já em relação ao pacote anunciado pelo governo que prevê a redução do Regime Especial da Indústria Química - REIQ,

o presidente do Conselho Diretor da Abiquim ponderou que a decisão afetará a situação fiscal do governo com a redução da produção na indústria química nacional por falta de competitividade. "Temos muito orgulho da construção do REIQ, a partir de amplos debates com envolvimento de todos os elos da cadeia. Construímos um regime com início, meio e fim, e foi com isso que o setor planejou seus investimentos".

A intenção de redução do REIQ em 50%, já em 2016, surge em um cenário extremamente complexo, de redução das vendas no mercado interno, encolhimento da demanda, alta ociosidade e recorde em déficit na balança comercial. Da mesma forma, a reformulação do Reintegra, cujo novo calendário de alíquotas prevê a restituição no valor de 0,1% em 2016, 1% para 2017, 2% para 2018 e 3% em 2019, afeta diretamente o setor, que trabalha com perspectivas de longo prazo e considerou, para diversas negociações já feitas de exportações, a previsão anterior.

Para o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, a indústria química vive um paradoxo. "Criamos uma indústria química quando não tínhamos petróleo e gás e hoje, quando estamos no limiar de sermos grandes produtores de gás e petróleo, a indústria pode chegar ao seu fim. É importante salvar o que temos agora", alertou Figueiredo, lembrando que sob orientação do deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA), está sendo finalizado um estudo sobre gás natural matéria-prima. "Infelizmente, a química tem urgência na solução para a nafta, na instituição de uma política para o uso do gás como matéria-prima e na manutenção do REIQ. As medidas de cortes de incentivos ao setor podem levar ao fechamento de plantas, aumento de desemprego e ainda a uma maior redução das intenções de investimento", lamentou.

A indústria química - presente no início da cadeia de mais de 90% de todo o setor industrial - representa hoje US\$ 156 bilhões em faturamento e é responsável pelo abastecimento de matérias-primas e insumos para outras indústrias do País, pela

geração de dois milhões de empregos diretos e indiretos, com salários que são o dobro da média da indústria de transformação nacional, e com potencial de investimentos, segundo o BNDES, de US\$ 4,7 bilhões em novas plantas até 2030.

Após ouvir as manifestações, o ministro Eduardo Braga se mostrou solidário às questões levantadas e comprometeu-se a estudar as reivindicações do setor. O ministro entende que a situação é delicada, mas é necessário levar em consideração o momento que o País atravessa. Dentro deste cenário, Braga ainda acrescentou que a volatilidade do câmbio impacta diretamente a Petrobras. "Estamos no limite de fazermos um acordo, que deve ser longo, com uma salvaguarda de renegociação anual, que garanta segurança para o setor. (...) Esperamos que nas próximas semanas possamos conversar com a Petrobras e o setor, com objetivo de encaminhar uma proposta de entendimento entre as partes".

O ministro também expressou ser favorável à manutenção do REIQ como acordado. "Creio que o governo está avaliando e saberá conduzir com responsabilidade. Não dá para mudar as regras do jogo no meio, pois isso acaba implicando em falta de segurança". Sobre o Reintegra, o Eduardo Braga recomendou cautela e disse que não vê possibilidade de mudanças, já que existem etapas a serem cumpridas, seguidas de renegociação. "O gás natural matéria-prima é uma questão que defendo sempre e estamos engajados neste processo". Ele ressalta que o MME tem buscado avaliar essa situação com os outros ministérios e está trabalhando para funcionar como câmara de arbitragem entre o setor químico e a Petrobras.

O presidente do Sindicato ABC (SP), Raimundo Suzart, alertou para a grande parcela de trabalhadores afetados diretamente pelo contrato de nafta. "Só na região do ABC já perdemos 2.500 postos neste ano, e no Brasil, entre 15 e 20 mil

pessoas já perderam seus trabalhos". O deputado estadual Luiz Turco (PT/SP), corrobora com a avaliação de Suzart. Segundo ele, a situação da região é gravíssima e afirma que o setor é responsável por aproximadamente 10 mil empregos diretos e indiretos, que estão 'se esvaindo' por falta de matéria-prima. O deputado aproveitou a ocasião para levar ao Ministério de Minas e Energia um pedido formal em defesa do Polo Petroquímico do ABC.

O Prefeito de Mauá, Donisete Pereira Braga, também demonstrou sua preocupação com a questão e destacou o peso que o polo petroquímico tem sobre as receitas e o orçamento dos municípios da região. Já o prefeito de Triunfo (RS), Mauro Fornari Poeta, afirmou que o município está perdendo um investimento de R\$ 640 milhões em razão da incerteza da disponibilidade de matéria-prima. "É inadmissível que uma empresa já instalada, com domínio de tecnologia e com 700 mil postos de emprego esteja passando por essa dificuldade. Precisamos achar urgentemente uma solução que beneficie a todos", lamenta o prefeito.

Estiveram presentes, além das autoridades já citadas, os deputados Afonso Motta (PP/RS), Alex Manente (PPS/SP), Davidson Magalhães (PCdoB/BA), Moema Gramacho (PT/BA), Paulão (PT/AL), o deputado estadual João Fisher (PP/RS), o deputado estadual, Luiz Turco (PT/SP), o prefeito de Santo André (SP), Carlos Alberto Grana, o prefeito municipal de Rio Grande da Serra (SP) e presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, Gabriel Maranhão, o secretário-adjunto da Secretaria de Minas e Energia do RS, Artur Lemos Jr, os vereadores do município de Triunfo (RS), Roseli de Souza e José Valério de Souza Aires, o gerente-executivo da CNI, Pablo Silva Cesário e executivos de indústrias químicas.



Impacto do pacote de ajustes fiscais do governo foi um dos temas abordados na reunião com o ministro de Minas e Energia.

MANIFESTO DA INDÚSTRIA QUÍMICA

MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO AGRAVAM A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA

A Frente Parlamentar Mista pela Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e de Plástico, com sua função de promover o debate sobre a competitividade da cadeia produtiva do setor e a ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química, em consonância com sua missão de promover o aumento da competitividade e o desenvolvimento sustentável da indústria química instalada no País, bem como a manutenção, ampliação e melhoria no emprego e na renda, vem por meio desta destacar as implicações que os ajustes recém anunciados pelo Poder Executivo podem ocasionar à indústria química brasileira.

A indústria química - presente no início da cadeia de mais de 90% de todo o setor industrial - representa hoje US\$ 156 bilhões em faturamento e é responsável pelo abastecimento de matérias-primas e insumos para outras indústrias do País, pela geração de dois milhões de empregos diretos e indiretos, com salários que são o dobro da média da indústria de transformação nacional, e com potencial de investimentos, segundo o BNDES, de US\$ 47 bilhões em novas plantas até 2030.

O aumento do seu custo de produção - provável desdobramento dos ajustes - pode desencadear impactos em vários segmentos. Regimes especiais como o da Indústria Química (REIQ) e o de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que foram diretamente atingidos pelas medidas, conseguiram aliviar a forte pressão de custos sobre as empresas instaladas no Brasil, bem como deram fôlego, especialmente no tocante à concorrência com os importados, na tentativa de recuperar a competitividade das empresas nacionais.

A intenção de redução do REIQ em 50%, já em 2016, surge em um cenário extremamente complexo, de redução das vendas no mercado interno, encolhimento da demanda, alta ociosidade e recorde em déficit na balança comercial. Da mesma forma, a reformulação do Reintegra, cujo novo calendário de alíquotas prevê a restituição no valor de 0,1% em 2016, 1% para 2017, 2% para 2018 e 3% em 2019, afeta diretamente o setor, que trabalha com perspectivas de longo prazo e considerou, para diversas negociações já feitas de exportações, a previsão anterior.

Presente na base de diversas cadeias produtivas, a indústria química está sendo duramente afetada pelo cenário recessivo do País e vive uma fase muito difícil. Além do ambiente econômico adverso, destacam-se a elevação dos custos com a energia elétrica e do gás natural, que sufocam a competitividade.

Deve-se dar importância também ao fato de existir um impasse nas negociações em relação ao contrato de nafta petroquímica, que emperram, oneram e,

principalmente, tornam o ambiente inseguro para toda a cadeia produtiva, que depende desse insumo para programar custos de produção e, especialmente, novos investimentos. Falta também a regulamentação de uma política para o uso do gás natural como matéria-prima, discutida amplamente e colocada em Lei em 2009, sendo que, até o momento, não houve a sua efetiva regulamentação.

Em meio a esse cenário, não se pode deixar de mencionar o risco que o México e os Estados Unidos representam para a química nacional. Esses dois países possuem elevados investimentos em petroquímica, estimulados pelo baixo custo do gás natural e deverão, a partir de 2017, ter excedentes de produção altamente competitivos para exportação. Obviamente, pela proximidade e pelo excelente mercado em ascensão, o Brasil deve ser o destino dessas mercadorias.

As medidas de cortes de incentivos ao setor podem levar ao fechamento de plantas, aumento de desemprego e ainda a uma maior redução das intenções de investimento. Não é possível onerar ainda mais a produção da indústria química nacional, que já sofre, há décadas, com a baixa competitividade em relação aos produtos importados. Essa situação poder trazer impactos irreversíveis ao País e também à continuidade do desenvolvimento sustentável.

É fundamental que os incentivos mencionados sejam mantidos para garantir a sobrevivência deste importante setor da indústria brasileira. Ademais, em um momento em que o Brasil passa por uma crise de desindustrialização, faz-se necessário uma revitalização do setor. O aumento da produção industrial contribui positivamente para a produção de outros segmentos em cadeia, já que lhe fornecem insumos básicos e intermediários, e proporciona um efeito dinâmico na agregação de valor. Nesse sentido, identificar e investir em setores estratégicos, especialmente com vocação natural, deveria ser a receita adotada para a retomada do crescimento do País.

Atualmente, o País está vivendo um momento em que a indústria vem recuando e há desindustrialização em vários setores. Se não houver uma revitalização da indústria, vamos nos tornar exportadores de commodities minerais, fósseis e agrícolas, sem agregarmos valor à nossa vasta riqueza de matérias-primas. Nenhum país pode ter desenvolvimento sustentável apenas exportando commodities.

São em momentos de crise como o que estamos vivenciando que se faz mais do que necessário alavancar a competitividade do setor industrial para trazer de volta o crescimento da economia. Vale lembrar que não existe País desenvolvido sem uma indústria química forte.

ENTREVISTA

Deputada Moema Gramacho Coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalho

A indústria química tem apresentado uma significativa redução do número de acidentes com e sem afastamento e principalmente de fatalidades ocorridas no ambiente de trabalho. Como a deputada vê a evolução da indústria química brasileira no tocante às questões de saúde e segurança no trabalho?

Apesar da indústria química ser considerada uma atividade de risco, vejo que foi um segmento que incorporou e desenvolveu uma maior quantidade de instrumentos de gestão para as questões de saúde, segurança e meio ambiente. Além da adoção das normas internacionais de gestão ambiental (ISO 14001) e de saúde e segurança do trabalho (OHSAS 1800) é a única atividade de negócio que desenvolveu um programa específico para estes temas: o Programa Atuação Responsável®.

Os resultados apresentados pela indústria através dos indicadores do Programa Atuação Responsável® têm indicado um esforço de investimento e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, bem como de capacitação dos funcionários das empresas. No caso dos indicadores ambientais, por exemplo, os resultados têm mostrado impactos positivos na gestão dos recursos hídricos e na emissão de CO₂.

Entretanto, ainda tem alguns desafios que, juntos, empresas e sindicatos de trabalhadores podem superar e aperfeiçoar.

Com relação a indústria química mundial, como se posiciona a indústria química brasileira na redução de acidentes e implementação de práticas de segurança?

As empresas multinacionais, cada vez mais, adotam diretrizes corporativas e monitoram de forma efetiva a ocorrência de acidentes em todos os seus sites pelo mundo, no entanto muitas companhias ainda não adotam práticas tão efetivas, se não são exigidas pelas legislações dos Países onde estão instaladas.

A legislação brasileira é bastante rígida com relação à proteção da segurança dos trabalhadores, além disso, a própria conscientização dos trabalhadores e atuação dos sindicatos deste setor no Brasil levam a indústria química a se destacar frente aos indicadores de saúde e segurança.

Nesse sentido, vale também destacar a necessidade de um combate rigoroso ao dumping social, buscando a isonomia da concorrência do produto importado com o produto nacional, ou seja, combatendo produtos importados de países onde há fortes indícios de descumprimento dos direitos trabalhistas mínimos, explorando trabalho degradante ou escravo, por exemplo.

Na opinião da deputada, qual o papel dos trabalhadores no processo de aperfeiçoamento dos mecanismos existentes?

Em primeiro lugar, o trabalhador deve conhecer quais são os perigos e os riscos associados à atividade que está desempenhando. Ele deve exigir conhecer essas informações e a empresa tem a obrigação de fornecer de forma continuada, revisando-as sempre que necessário. A partir dessa premissa, o trabalhador tem a condição de saber quais são os procedimentos que devem ser seguidos e quais equipamentos de segurança deve portar ou estar instalados no local onde vai atuar. Além disso, o trabalhador deve sem-

pre procurar aperfeiçoar a relação de trabalho auxiliando na criação de um ambiente de transparência e confiança com seus líderes, podendo assim questionar os processos contribuindo para seu aperfeiçoamento. E, por fim, não podemos esquecer que trabalhador deve buscar enriquecer seu conhecimento através de uma capacitação contínua. A organização dos trabalhadores também é fundamental para exigir das empresas a melhoria contínua nas condições de trabalho.

Qual a importância do diálogo com a comunidade e como a indústria química brasileira tem mantido esse diálogo?

Vejo que hoje a relação empresa-comunidade é muito mais aberta e transparente. As indústrias químicas têm desenvolvido vários programas para buscar essa aproximação e informar a comunidade sobre os riscos e as ações a serem tomadas em caso de situações de emergência. Programas como o "Portas Abertas" são adotados por muitas empresas e também possibilitam mostrar à comunidade a importância da indústria química para aquela região. Há, também, a instituição dos Conselhos Comunitários Consultivos, que têm se propagado pelas empresas como uma ferramenta de comunicação e ações com as comunidades, sendo iniciativas importantes e que devem ser estimuladas. Como parlamentar, vejo que nossa missão de defender os interesses da população passa por estimular este diálogo e trabalhar para a formação de uma consciência nacional sobre responsabilidades compartilhada entre o poder público, privado e a população.

Qual a importância da capacitação para a realização das atividades profissionais? Quais os principais mecanismos disponíveis do governo e da iniciativa privada?

O Brasil tem um arcabouço bastante robusto de legislações que visam proteger a integridade dos trabalhadores. Dentre elas, as Normas Regulamentadoras publicadas através da Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, prescrevem uma grande carga de capacitação obrigatória para as empresas aplicarem aos seus funcionários. O governo federal criou em 2011 o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com objetivo de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País ampliando as oportunidades de qualificação.

No entanto é preciso deixar claro que a observância das Normas Regulamentadoras não desobriga as empresas de buscarem o desenvolvimento das competências necessárias para que as atividades sejam feitas cada vez mais focando a prevenção de acidentes e a ocorrência de doenças ocupacionais. Essas competências devem ser expandidas aos centros de pesquisa e desenvolvimento na busca de produtos mais seguros para as pessoas e para o meio ambiente. Esta é uma questão fundamental para a indústria química, que conta com empregos altamente qualificados. Monitoramento do mapeamento de risco permanente exige também uma qualificação continuada dos trabalhadores.

Qual a opinião da deputada sobre o Programa Atuação Responsável® e seus resultados?

Já conhecia o Programa Atuação Responsável desde 1992, quando ele foi trazido ao Brasil pela Abiquim.



Retomando este assunto mais recentemente vejo que o Programa, no seu modelo atual organizado como um sistema de Gestão com foco em saúde, segurança meio ambiente, é uma poderosa ferramenta para que a indústria aperfeiçoe os seus processos e atue de forma cada vez mais preventiva no gerenciamento dos riscos e na comunicação dos mesmos às partes interessadas. Entretanto entendo que o mesmo deva ser mais divulgado não apenas no âmbito da cadeia de valor da indústria, mas também dentro das universidades e para os jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Os resultados são visíveis quando observamos a redução das taxas de acidentes e nos indicadores ambientais mostrando que o programa tem auxiliado no amadurecimento das companhias que o implementam.

Como a deputada entende que a FPQuímica e os legisladores podem auxiliar as indústrias a implementar programas como o Atuação Responsável® para incentivo de práticas mais seguras nas indústrias?

A divulgação do Programa aos parlamentares de como as empresas estão adotando medidas mais eficazes pode auxiliar na análise de informações para a elaboração de uma legislação cada vez mais assertiva e que não represente entraves para melhorar a competitividade da indústria química nacional. Além disso, o reconhecimento das empresas que já se certificaram no Programa pode atuar como um multiplicador dos benefícios e resultados alcançados.

Como o sistema GHS (sistema harmonizado global de comunicação de perigos) contribui para a segurança e saúde do trabalhador? Qual a participação da indústria química brasileira na implementação deste sistema? Quais os entraves para implementação e quais os próximos passos?

Os trabalhadores precisam estar informados dos riscos a que estão expostos tanto quanto aos possíveis acidentes como às doenças ocupacionais. O conhecimento atualizado e a troca de experiências, principalmente para atuar na prevenção, são fundamentais para reduzir os acidentes e doenças previsíveis e perfeitamente evitáveis. A Indústria Química por trabalhar de forma integrada e sincronizada por setores tem uma vantagem em relação às outras por especializarem-se de forma específica, mas com uma visão global. Algumas dificuldades, entretanto, podem ser superadas se os diversos atores: empresas, trabalhadores, governos, comunidades, interagirem com mais frequência e com foco na sustentabilidade. A Frente Parlamentar da Indústria Química pode colaborar muito neste sentido, tanto para a Indústria Brasileira como no mundo, como é o caso da Ratificação do trabalho de Minamata.

Programa Atuação Responsável®



O Programa Atuação Responsável®, marca registrada da Abiquim – Associação Brasileira da Indústria Química, é uma iniciativa da indústria química brasileira e mundial destinada a demonstrar o seu comprometimento voluntário na melhoria contínua de seu desempenho em saúde, segurança e meio ambiente, contribuindo para a promoção da competitividade e do desenvolvimento sustentável.

A indústria química, como nós a conhecemos hoje, é fruto de uma evolução que pode ser observada principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a formação ou consolidação dos principais grupos empresariais do setor e com o desenvolvimento industrial ocorrido em diversos países do mundo.

A ocorrência de grandes acidentes em instalações químicas e petroquímicas nas décadas de 70 e 80 trouxe impactos significativos do ponto de vista econômico e de imagem para o segmento. A pressão crescente da sociedade levou a indústria química mundial a repensar a suas estratégias de segurança e de relacionamento com o público que poderia ser afetado por seus processos e produtos.

Em 1984 a Canadian Chemical Producers Association – CCPA criou o Responsible Care®, estabelecendo importantes diretrizes para as questões de segurança dos processos, produtos, a segurança dos trabalhadores e para a proteção ambiental.

O Responsible Care® é coordenado e liderado pelo ICCA – International Council of Chemical Associations (Conselho Internacional das Associações da Indústria Química), e representa uma estratégia da indústria química mundial para impulsionar a melhoria contínua em saúde, segurança e meio ambiente juntamente com uma comunicação

aberta e transparente com as partes interessadas.

Essas diretrizes estão contidas no documento denominado Responsible Care Global Charter que estabelece 6 Princípios focados na liderança, atuação junto a cadeia de valor, a gestão eficaz dos produtos químicos e sustentabilidade. Atualmente adotado em 60 países, o Programa Atuação Responsável® foi trazido para o Brasil em 1992 pela Abiquim, e desde 1998 tornou-se obrigatório para todas as associadas constituindo-se em parte essencial da Missão da entidade.

Com um claro objetivo de gerenciar os riscos associados aos produtos químicos e a seus processos, as empresas promovem uma cultura de melhoria contínua com reflexos:

- Em saúde, segurança e meio ambiente;
- Na condução ética e transparente dos negócios;
- Na proteção das pessoas e na conservação do meio ambiente;
- Na proteção e na integridade das instalações;
- Na comunicação com as partes interessadas;
- Na cadeia de valor e
- Na própria valorização da imagem da indústria química e de seus produtos.

O Programa Atuação Responsável® se traduz portanto em uma postura de proatividade, transparência e diálogo com as partes interessadas na indústria, com uma proposta de responsabilidade que transcende o atendimento legal. Sua continuidade representa o “compromisso com a sustentabilidade” do setor químico brasileiro.

Deputado Paulão visita planta industrial em Cubatão

Com objetivo de aprofundar o seu conhecimento sobre o segmento de cloro, o deputado federal Paulão (PT/AL) coordenador do tema Cloro dentro da Frente Parlamentar da Química, realizou uma visita na segunda-feira (14/9) à planta da Unipar Carbocloro, em Cubatão (SP). Durante a visita, o deputado conheceu as instalações industriais e se reuniu com executivos da empresa. À tarde, o parlamentar seguiu para a sede da Abiquim, na cidade de São Paulo, onde participou de uma reunião com representantes da associação e da Abiclor (Associação

Brasileira da Indústria de Álcis, Cloro e Derivados) para discutir os principais pleitos do segmento. Na avaliação do deputado federal Paulão, o encontro permitiu estudar algumas ações para serem levadas ao Congresso. “Essa visita à planta da Unipar Carbocloro e a reunião com as entidades Abiquim e Abiclor me proporcionaram maior conhecimento das tratativas deste segmento no tocante à sua evolução tecnológica, no seu relacionamento com as comunidades locais e o trabalho social envolvido, além das questões relativas à proteção do meio ambiente”, concluiu.



Foto: Sylvania Vieira

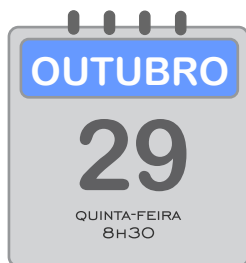


Foto: Abiquim/Divulgação

Foto 1: Fábrica da Unipar Carbocloro em Cubatão (SP). Da esq. para dir.: deputado federal Paulão; Ailton Antônio de Andrade, gerente industrial da Unipar Carbocloro, Martim Afonso Penna, diretor executivo da Associação Brasileira Indústria de Álcis Cloros e Derivados (Abiclor); Marina Mattar, gerente de Assuntos Institucionais da Abiquim e secretária executiva da FQuímica; e Anibal do Vale, diretor presidente e diretor vice-presidente de operações da Unipar Carbocloro. **Foto 2:** Deputado federal Paulão em reunião na sede da Abiquim, em São Paulo.

SAVE the DATE

Café da manhã da Frente Parlamentar da Química



TEMA: BIOTECNOLOGIA INDUSTRIAL

SALA VIP - SENAC | 1º ANDAR | ANEXO IV
CÂMARA DOS DEPUTADOS | BRASÍLIA - DF

Comissão Executiva

Deputado **Paulo Pimenta** (PT/RS)

Presidente

Senadora **Sandra Braga** (PMDB/AM)

Vice-presidente da Frente no Senado Federal

Deputado **Antonio Imbassahy** (PSDB/BA)

Vice-presidente da Frente na Câmara dos Deputados

Deputado **Afonso Motta** (PDT/RS)

Coordenador de Químicos para Agronegócios

Deputado **Alex Manente** (PPS/SP)

Coordenador de Petroquímicos

Deputado **Andres Sanchez** (PT/SP)

Coordenador de Plástico

Deputado **Bruno Covas** (PSDB/SP)

Coordenador de Sustentabilidade

Deputado **Davidson Magalhães** (PCdoB/BA)

Coordenador de Gás

Deputado **Evair de Melo** (PV/ES)

Coordenador de Água

Deputado **Irajá Abreu** (PSD/TO)

Coordenador de Fertilizantes

Deputado **Izalci** (PSDB/DF)

Coordenador de Inovação e Tecnologia

Deputada **Moema Gramacho** (PT/BA)

Coordenadora de Saúde e Segurança no Trabalho

Deputado **Nelson Marchezan Jr.** (PSDB/RS)

Coordenador de Biotecnologia Industrial

Deputado **Paulão** (PT/AL)

Coordenador de Cloro

Deputado **Renato Molling** (PP/RS)

Coordenador de Químicos para Couros

Deputado **Ricardo Izar** (PSD/SP)

Coordenador de Meio Ambiente

Secretário **Carlos Gadelha** (MDIC)

Representante do Poder Executivo

Marina Mattar (Abiquim)

Secretária-executiva

* Outras funções estão disponíveis
e abertas a adesão

Editorial



Sem nafta a custos competitivos, a Indústria Química posterga, cancela ou inviabiliza novos investimentos no Brasil

Responsável pelo 4º PIB industrial do País, o setor químico tem uma característica marcante: o poder multiplicador nas diversas cadeias produtivas, que incluem desde fertilizantes para o agronegócio até peças e compostos plásticos para a indústria automotiva; de embalagens para alimentos e bebidas até insumos básicos para tintas e vernizes. Inclusive por este diferencial, é chamada de "indústria das indústrias".

Mas o primeiro elo desta extensa e diversificada cadeia industrial começa no setor petroquímico, que processa a matéria-prima básica – seja ela nafta, gás ou etanol (no caso do plástico verde) – e a transforma em produtos químicos como eteno, propeno, butadieno, paraxileno, entre tantos outros. Na verdade, a química nasce nos fornos de craqueamento de hidrocarbonetos de uma central petroquímica.

É por isto que se fala tanto sobre a importância da nafta no Brasil: sem matéria-prima suficiente e custos competitivos, deixam de existir as condições básicas para a implantação de um setor químico forte e diversificado.

O Brasil está próximo de viver um paradoxo: criou e desenvolveu nos últimos 50 anos uma indústria química pujante, moderna e complexa justamente quando não possuía matéria-prima farta e barata. E conseguir torná-la a 6ª maior no ranking global do setor!

E hoje, quando tem petróleo, pré-sal, gás natural, etanol e biotecnologia em abundância, corre o risco de sufocar o presente e comprometer o futuro da indústria química pois não consegue oferecer contratos de fornecimento de nafta de longo prazo a preços razoáveis, o que gera insegurança jurídica, posterga ou cancela novos projetos, inviabiliza o planejamento de longo prazo tão primordial em um setor de capital intensivo e marcado por empreendimentos que exigem longo prazo de maturação.

Enfim, o Brasil não pode nem deve abdicar de um setor estratégico para seu desenvolvimento econômico e social.

Deputado Alex Manente
Coordenador de Petroquímicos da FPQuímica

EXPEDIENTE

Jornalista responsável: Camila Matos - MTB: 46828/SP - Edição: Marina Mattar - Organização e diagramação: Lidiane Soares
Telefones: (11) 2148-4744 | (61) 8499-2800 | Email: fpquimica@fpquimica.org.br